# O estado do direito em 30 de junho de 2026

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um livro sobre um campo em rápida evolução precisa escolher uma data e mantê-la. Este livro expõe o direito vigente em 30 de junho de 2026. A escolha é deliberada. Nessa data, o regime de Singapura para prestadores de serviços de tokens digitais (digital token service providers) completava exatamente um ano de vigência, e o período de transição da União Europeia para prestadores de serviços de criptoativos sob o MiCA estava prestes a terminar.

Três características do período merecem uma palavra aqui, porque influenciam tudo o que se segue. Primeiro, ambos os hubs haviam passado da acomodação à seletividade. A Suíça continuava acolhendo empresas cripto bem administradas, mas a FINMA, por meio de suas orientações de 2023 sobre staking e de 2024 sobre stablecoins, deixara claro que interpretaria a legislação existente de forma estrita diante de produtos inovadores.[12] Singapura foi além e anunciou ao mundo, em maio e junho de 2025, que só licenciaria negócios de tokens voltados exclusivamente ao exterior em circunstâncias extremamente limitadas e que quem não pudesse se qualificar deveria sair.[3]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Segundo, o direito privado dos tokens havia se consolidado o suficiente para permitir planejamento. O direito suíço contava com seus valores mobiliários registrados em registro distribuído nos arts. 973d e seguintes do Código das Obrigações suíço (OR/CO) e com sua regra de segregação na Lei federal sobre execução de dívidas e falência (SchKG/DEBA). O direito de Singapura contava com uma linha de decisões de primeira instância que tratavam os criptoativos como propriedade, com a questão deixada em aberto pela Court of Appeal em *Quoine Pte Ltd v B2C2 Ltd* [2020] SGCA(I) 02 ainda formalmente pendente, mas respondida na prática por todos os juízes que tiveram de decidi-la desde então.[4]

Terceiro, a onda de transparência fiscal que alcançou as contas bancárias em 2017 estava prestes a alcançar as carteiras. A Lei suíça sobre o intercâmbio automático de informações (AEOI), alterada para implementar o CARF, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2026, mas a suspensão do decreto sobre os Estados parceiros em novembro de 2025 significa que a coleta de dados começa, no mínimo, em 1º de janeiro de 2027 e que os primeiros intercâmbios ocorrem em 2028 (ver Parte C, Capítulo VI, e Parte G, Capítulo VII). Singapura havia se comprometido com o CARF em 26 de novembro de 2024 e com os primeiros intercâmbios em 2027 ou 2028.[5] Toda decisão de estruturação tomada em 2026 deve, portanto, partir do pressuposto de que a autoridade fiscal da residência do cliente receberá, dentro de dois anos, uma declaração anual das posições e operações do cliente com criptoativos de cada prestador de serviços regulado em qualquer dos dois hubs.

## Nota prática

A data de corte pode ser usada como ferramenta de trabalho. Quando um cliente pergunta se uma posição descrita neste livro ainda é válida, verifique três pontos, nesta ordem. Primeiro, se uma mudança anunciada naquela data já ocorreu. Segundo, se a orientação do regulador citada na nota de rodapé foi substituída, o que tanto a FINMA quanto a MAS indicam na página do documento. Terceiro, se algum tribunal decidiu a questão desde então, o que, para Singapura, significa uma pesquisa no eLitigation e, para a Suíça, uma pesquisa na base de dados do Tribunal Federal suíço. Uma posição que passe pelas três verificações pode ser utilizada com a mesma confiança que em 30 de junho de 2026.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

## Notas

1. FINMA Guidance 08/2023 “Staking”, de 20 de dezembro de 2023. ↩
2. FINMA Guidance 06/2024 “Stablecoins: risks and challenges for issuers of stablecoins and banks providing guarantees”, de 26 de julho de 2024. ↩
3. MAS, comunicado à imprensa “MAS clarifies regulatory regime for digital token service providers”, de 6 de junho de 2025, e MAS, “Response to feedback received on proposed regulatory approach, regulations, notices and guidelines for digital token service providers issued under the Financial Services and Markets Act 2022”, de 30 de maio de 2025. ↩
4. Quoine Pte Ltd v B2C2 Ltd, Court of Appeal, Civil Appeal No 81 of 2019, decisão de 24 de fevereiro de 2020 (Sundaresh Menon CJ pela maioria), que deixou em aberto se uma criptomoeda pode ser objeto de um trust e decidiu o pedido relativo ao trust com base em que, diante dos fatos, nenhum trust havia surgido; citação neutra no texto. ↩
5. Inland Revenue Authority of Singapore, anúncio de 27 de novembro de 2024 sobre o compromisso de Singapura com o Crypto-Asset Reporting Framework; IRAS, “CARF Overview and Latest Developments”, segundo o qual os prestadores de serviços de criptoativos sujeitos a reporte com vínculo com Singapura devem coletar e reportar informações a partir do período de reporte de 2027, com os primeiros intercâmbios previstos para 2028. ↩

## Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.